

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 784 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1998

## Congresso promulga hoje a reforma da Previdência Social

O senador Antonio Carlos Magalhães presidirá à tarde a sessão solene que marcará a entrada em vigor das novas regras para a aposentadoria de trabalhadores dos setores público e privado

O Congresso Nacional promulga hoje a reforma da Previdência Social. As novas regras para a aposentadoria de servidores públicos e de trabalhadores da iniciativa privada entrarão em vigor após sessão solene, prevista

para esta tarde, a ser presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Entre as principais modificações previstas pela emenda constitucional estão o fim da aposentadoria proporcional para quem ainda não ingressou no

mercado de trabalho e a exigência de idade mínima de 60 anos para os homens e de 55, para as mulheres, para a aposentadoria dos que vierem a ingressar no setor público a partir de agora.

PÁGINA 5



O plenário do Senado prossegue hoje a discussão da emenda constitucional que prorroga a cobrança da CPMF, um dos itens da pauta da convocação extraordinária de janeiro do Congresso Nacional

## Convocação extraordinária inclui CPMF e mudança política

A prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com nova alíquota para 1999, e a reforma político-partidária estão entre as principais propostas a serem analisadas pelo Congresso Nacional durante o período de convocação extraordinária, em janeiro. A mensagem de convocação, assinada pelo presidente Fernan-

do Henrique Cardoso, tem 33 itens, que tramitam atualmente no Senado, na Câmara e no Congresso Nacional. A proposta de prorrogação da CPMF, que já começou a ser discutida em plenário, foi definida ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, como prioridade do período extraordinário.

PÁGINA 3

## Extinção de manicômios será apreciada pelo plenário

A extinção gradual dos manicômios está prevista em projeto que será apreciado hoje pelo plenário. O relator da proposta, sena-

dor Sebastião Rocha, admitiu que o texto está "longe do ideal", mas lembrou que ele ainda poderá ser alterado.

PÁGINA 5

## Comissão da Amazônia sugere a revogação da Lei Kandir

O relatório final da Comissão "Amazônia Urgente", criada para estudar uma nova política de desenvolvimento regional, propõe a revogação da Lei Kandir, que desonera as exportações de produtos primários e semi-elaborados. O relator da comissão, senador Ademir Andrade, concluiu ainda que a região Norte tem sido colocada em segundo plano na distribuição de recursos federais.

PÁGINA 2



Benedita foi homenageada por todos os senadores em plenário e apontada por Antonio Carlos Magalhães como "figura emblemática"

## Eleita vice-governadora do Rio, Benedita da Silva se despede

PÁGINA 6



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Recebe Emílio de Ybarra, presidente mundial do Banco Bilbao Vizcaya
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado
- ▶ 15h45 - Preside sessão do Congresso Nacional destinada a promulgar a Emenda à Constituição nº 20 (Reforma da Previdência)

## PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Projeto de Resolução nº 116/98, que autoriza o Acre a realizar operação de crédito, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; \*Projetos de Resolução nº 117/98, que autoriza o Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de R\$ 296,2 milhões, junto ao Banco do Brasil S.A. destinados à compensação parcial de perdas de receita decorrentes da implantação do Funef em 1998; \*Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Mundial, no valor equivalente a US\$ 45 milhões destinados a financiar parcialmente o Programa de Reforma do Estado do Mato Grosso; \*Projeto de Resolução nº 103/98, que autoriza o Pará a contratar operação de crédito, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 97,5 milhões; votação, em segundo turno, da \*PEC nº 64/95, que trata do prazo prescricional das ações trabalhistas; e segundo dia de discussão, em primeiro turno da \*PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

## COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 15/95, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 da Constituição federal; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - *factoring*; \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 250/98, que submete ao Senado o nome do senhor Geraldo Affonso Muzzi, ministro de segunda classe da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Malásia; \*Mensagem nº 216/98, que submete ao Senado o nome do senhor José Olympio Rache de Almeida, ministro de primeira classe da carreira de diplomata, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e a Coreia, em 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 1997; \*PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul; e \*PDL nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*
- ▶ 10h - Comissão Especial destinada a apurar as possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisas no levantamento das intenções de voto relacionadas com o pleito eleitoral do dia 4 de outubro corrente, apresentando sugestões com vistas à total lisura dos próximos.  
Pauta: Instalação da Comissão. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h - Comissão Especial destinada a acompanhar *in loco* as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o estado de Roraima.  
Pauta: Discussão e votação do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
- ▶ 11h - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 112/97, que estabelece mecanismos para a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda que especifica; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagens voltadas à educação para o trânsito; \*PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; \*PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; \*PDL nº 75/98, que renova a concessão do Rádio Clube de Mococa-SP; \*PDL nº 38/97, que renova a permissão outorgada à Lins Rádio Clube, em Lins-SP; \*PDL nº 86/98, que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda., em Colatina-ES; \*PDL nº 39/98, que renova a concessão da Rádio Guararema Ltda., em São José-SC; e \*PDL nº 65/93, que renova a permissão da Rádio Guairacá de Guarapuava-PR. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
- ▶ 14h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos relatórios apresentados aos Projetos de Lei nºs 31/98-CN (remanescente da Pauta nº 20/98) e 55/98-CN (remanescente da Pauta nº 16/98). *Plenário nº 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

# Comissão da Amazônia quer revogar a Lei Kandir

Instrumento que desonera ICMS de produtos primários para exportação seria empecilho ao desenvolvimento da região

A revogação da Lei Kandir, que desonera o ICMS de produtos primários e semi-elaborados para exportação, é uma das principais recomendações do relatório final da Comissão "Amazônia Urgente".

Destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da região, a comissão teve sua última reunião ontem, quando foi aprovado o documento de 227 páginas.

O relator da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA), concluiu ainda que a região Norte tem sido preterida na distribuição e, especialmente, na execução do Orçamento. Dessa forma, o relatório sugere que seja impetrada ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que a Justiça se manifeste sobre a constitucionalidade da Lei Orçamentária. Para Ademir, o Orçamento não observa o preceito que determina a redução das desigualdades inter-regionais.

Além das medidas citadas, a comissão, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), recomenda:

estabelecer normas legais que garantam a industrialização dos recursos naturais dentro da própria região, com a verticalização das bases produtivas;

propor lei que proíba a exportação de madeira serrada da Amazônia; permitir que os recursos do Finam e do Fundo Constitucional da Região Norte possam ser utilizados por pequenos e médios empresários;

desenvolver uma política regionalizada de saúde que considere o está-



Bernardo Cabral, Nabor Júnior e Ademir Andrade, na apresentação do relatório: comissão sugere ADIN contra Orçamento, por não estar reduzindo desigualdades regionais

gio de desenvolvimento e as características da região;

garantir investimentos maciços em saneamento básico (60% dos domicílios não têm abastecimento adequado de água e 92% não dispõem de esgoto);

pressionar o governo para a conclusão do Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia;

incluir, na reforma tributária, mecanismos que mantenham as vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus, para garantir-lhe a sobrevivência pelo prazo constitucional (25 anos);

transformar a Superintendência da Zona Franca de Manaus, de modo a transformá-la em agência de desenvolvimento econômico e social, com ações voltadas para o interior da Amazônia Ocidental;

acelerar e concluir a demarcação de todas as terras indígenas da Amazônia;

criar novas áreas de proteção ambiental na região;

dotar as áreas de proteção ambiental da região de infra-estrutura e serviços, para servirem de pólos de turismo ecológico;

promover, por iniciativa do Itamaraty, cooperação técnica internacional visando ao estabelecimento de sistemas nacionais de recursos hídricos para garantir a disponibilidade e qualidade dos mananciais da Bacia Amazônica.

O relatório sugere ainda duas propostas de emenda à Constituição que ampliam a competência das entidades e governos na definição das políticas governamentais, para que as peculiaridades da região sejam respeitadas.

Ademir acatou diversas sugestões dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Jefferson Pêres (PSDB-AM), que, junto com Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Sebastião Rocha (PDT-AP), participaram da última reunião.

## CPI das Pesquisas instala-se hoje

A CPI do Congresso destinada a apurar possíveis irregularidades cometidas pelos institutos de pesquisas nas últimas eleições será instalada hoje, às 10h.

O autor da proposta de criação da CPI, senador Ademir Andrade (PSB-PA), entende que a comissão poderá concluir o seu trabalho até o final de janeiro.

## Educação faz última reunião

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), realiza reunião extraordinária hoje, às 10h, para apreciar pauta de dez itens, entre eles projeto de lei da Câmara que torna obrigatório o ensino da língua espanhola no 1º e no 2º graus.

Também faz parte da pauta da Comissão de Educação projeto de lei do Senado que regulamenta a Constituição federal no que diz

respeito à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. Outros dois projetos de lei, um do Senado e outro da Câmara, tratam da veiculação de mensagens educativas de trânsito.

A comissão também deverá apreciar seis projetos de decreto legislativo renovando a concessão ou a permissão para funcionamento de emissoras de radiodifusão.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Mudança da CPMF pode ser votada em janeiro

A proposta de emenda constitucional que prorroga a contribuição sobre movimentação financeira é um dos 33 itens que serão examinados pelo Congresso Nacional durante o período de convocação extraordinária

A reforma político-partidária e o programa de ajuste fiscal estão entre os principais assuntos que tramitarão no Congresso Nacional no mês de janeiro. A mensagem do presidente da República que convoca o Legislativo extraordinariamente tem 33 itens, distribuídos entre matérias que estão no Senado e na Câmara dos Deputados. O Congresso Nacional também terá uma tarefa: aprovar a Lei Orçamentária para 1999.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga e eleva, de 0,20% para 0,38 %, a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e começou a ser discutida em plenário. Segundo os parlamentares, ela pode ser aprovada pelo Senado até o final da convocação.

Durante esse período, o Senado também poderá se pronunciar sobre matérias que estejam tramitando em regime de urgência constitucional, além das suas competên-

cias exclusivas, como pedidos de endividamento de estados, de municípios e da União. Além disso, à medida que a Câmara vá aprovando projetos, o Senado passará a examiná-los como Casa revisora.

Outro projeto incluído pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – já no plenário do Senado – é o que extingue os manicômios. A proposta já tramita com urgência e o relator, senador Lucídio Portella (PPB-PI), negocia com a oposição o seu substitutivo.

Na Câmara, destacam-se as propostas de emenda à Constituição com a finalidade de alterar o Sistema Tributário Nacional, incluindo a proposta de criação do Imposto sobre Distribuição de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O cargo de ministro da Defesa também é matéria de PEC que começa a tramitar pela Câmara. Pela proposta, o posto será exclusivo de brasileiros natos, e terá cadeira no Conselho de Defesa Nacional.

## Antonio Carlos considera emenda vital para o ajuste

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, prevê que 1999 será “um ano difícil, mas isso não quer dizer que o Brasil não vá superar suas dificuldades”.

O senador aponta a votação da proposta que prorroga e altera a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como prioridade durante a convocação extraordinária do Congresso, a partir de janeiro próximo, exatamente para contribuir no esforço de superação dos problemas econômicos e na consolidação do ajuste fiscal.

No entender de Antonio Carlos, boa parte das dificuldades que o país e a sociedade brasileira deverão administrar, ao longo do ano que vem, tem origem “no fato de que não fizemos o dever de casa, quando era preciso”. Ao explicar o que queria dizer com essa frase, o presidente do Senado citou a demora na aprovação da reforma da Previdência Social, “cuja mensagem foi enviada pelo governo três anos atrás”. Ele acredita que as medidas tomadas pelo governo e as propostas que estão sendo aprovadas pelo Legislativo terão condições de reverter o quadro.

Com relação às especulações em

torno de nomes para o próximo ministério do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador foi questionado pela imprensa especificamente quanto a Euclides Scalco, apontado como possível articulador político do Palácio do Planalto, e a um eventual convite ao atual governador de Brasília, o petista Cristovam Buarque. Scalco, segundo Antonio Carlos, seria um bom nome.

“Não sei se foi indicado, mas durante a campanha eleitoral mostrou competência na articulação das várias facções políticas e um bom relacionamento com todos os partidos”, destacou. Cristovam Buarque, por outro lado, “é uma pessoa competente, que honraria o governo de que participasse”, afirmou o presidente do Senado.

A respeito da fixação do novo teto salarial do funcionalismo público, Antonio Carlos Magalhães confirmou, à tarde, que ficou estabelecido, em consenso, o valor de R\$ 12.720,00, após reunião realizada ontem, no Palácio da Alvorada, entre os dirigentes dos três Poderes (presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal).

### A PAUTA DO SENADO

PEC 34/98

Prorroga, com elevação da alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Reforma Político-Partidária

Projetos e Propostas de Emenda à Constituição referentes à reforma político-partidária – Matérias da Comissão Temporária Interna.

PLC 08/91

Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais, e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

PLC 61/97

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

PLC 48/98

Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.

PLC 52/98

Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 1941 (Desapropriação por Utilidade Pública) e as leis nº 6.015, de 1973 (Registro Público) e 6.766, de 1979 (Parcelamento do Solo Urbano).

PLC 53/98

Altera a lei nº 6.360, de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.

## ACM destaca realizações na área de informática

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, apresentará, em solenidade a ser realizada hoje, logo após o encerramento da sessão deliberativa ordinária, as realizações na área da informática no último biênio. O ato se dará no Café dos Senadores. Entre as realizações nessa área, estão a nova versão de acompanhamento do Orçamento da União pela Internet, o Museu Eletrônico do Senado, o Sistema de Informações Legislativas na Internet e o Guia do Servidor. Antonio Carlos fará ainda um balanço das ações implementadas na área de informática do Senado nos dois anos de sua gestão, como a inauguração do Laboratório Vivo do Legislativo e do Programa Interlegis.

## Parlamentares pedem apoio à implantação de ZPEs

Representantes da Associação Brasileira de Zonas de Exportação (Abrazpe) foram recebidos ontem, em audiência, pelo presidente Antonio Carlos Magalhães. Acompanhados dos senadores Joel de Hollanda (PFL-PE), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Romeu Tuma (PFL-SP) e Geraldo Althoff (PFL-SC), eles vieram pedir apoio ao programa das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), atualmente em implantação no país.

De acordo com o senador Carlos Patrocínio, foram relatadas a Antonio Carlos as inúmeras dificuldades que os responsáveis pelas ZPEs têm enfrentado para consolidar sua implantação, que, para eles, esbarraria na resistência de setores do governo que atrasariam intencionalmente a sua viabilização. Na opinião de Patrocínio, esse procedimento “causa grandes prejuízos aos estados que necessitam da entrada desse capital para fugir das desigualdades econômicas regionais”.

Um dos pleitos dos representantes das ZPEs é o apoio ao projeto do senador Joel de Hollanda que modifica a legislação sobre o assunto, permi-



ACM prometeu aos senadores e representantes das ZPEs incluir na pauta da convocação extraordinária projeto que trata do assunto

tindo a comercialização de 20% dos produtos destinados à exportação pelas ZPEs ao consumo interno. A proposta prevê ainda o estabelecimento de descontos gradativos no Imposto de Renda das empresas exportadoras sobre o percentual a ser comercializado no Brasil. A lei em vigor determina que as ZPEs são obrigadas a exportar 100% dos produtos do setor.

Os membros da Abrazpe pediram a Antonio Carlos para colocar a matéria na pauta da convocação extraordinária do Congresso, a partir de janeiro. O autor do projeto, senador

Joel de Hollanda, informou que o presidente do Senado assegurou aos participantes da audiência que ficou sensibilizado com a reivindicação e vai acrescentar mais esse projeto à pauta da convocação.

O programa das ZPEs foi criado durante o governo José Sarney e atualmente existem somente quatro áreas de exportação dessa modalidade em funcionamento no Brasil. Elas estão localizadas nos estados de Tocantins, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, segundo informação do senador Carlos Patrocínio.

# CCJ estuda liberação de 140 mil títulos paulistas

Letras Financeiras do Tesouro do Estado foram bloqueadas por determinação da CPI dos Precatórios. Desbloqueio pedido pelo governador ao Banco Central pode ser aprovado hoje na reunião da comissão



Senador Romeu Tuma preside hoje reunião em que a CRE apreciará dez assuntos

## CRE aprecia tratado com Coreia sobre extradição

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 10h, para apreciar uma pauta de dez itens, entre eles um projeto de decreto legislativo que aprova o texto do tratado de extradição assinado em Brasília, no dia 1º de setembro de 1995, entre o Brasil e a Coreia. A matéria tem parecer favorável da relatora, senadora Emília Fernandes (PDT-RS).

Também será analisado pelos senadores integrantes da comissão o texto do acordo de cooperação na área de turismo, celebrado entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau em 10 de julho do ano passado. Esse projeto de decreto legislativo tem parecer favorável da relatora, senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Em uma parte secreta da reunião, conforme determina a Constituição, a CRE, presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), examinará a indicação de Geraldo Affonso Muzzi e José Olympio Rache de Almeida para o cargo de embaixador do Brasil junto à Malásia e à Estônia, respectivamente.

A pauta da reunião prevê ainda a análise do texto do protocolo adicional ao tratado de amizade, cooperação e comércio sobre facilitação de atividades empresariais, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Montevideu, no dia 6 de maio de 1997. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Por determinação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos, o estado de São Paulo teve mais de 140 mil letras financeiras de seu Tesouro bloqueadas. Este ano, o governador Mário Covas solicitou ao Banco Central (BC) a liberação dos títulos. A operação depende de autorização do Senado e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, às 10h, parecer do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) contrário à solicitação.

Segundo Jefferson, a emissão dos títulos não obedeceu aos limites estabelecidos em lei e, por isso, o desbloqueio das letras do Tesouro não pode ser permitido. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) pediu vista do relatório de Jefferson e apresentou voto em separado, favorável à operação.

Quando o parecer de Jefferson Péres foi lido na CCJ, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse



Ronaldo é autor de projeto de lei complementar sobre criação de novos estados

que tendia a aceitar o pedido do governador, mas, diante dos argumentos do senador pelo Amazonas, teria percebido que se tratava de operação inconstitucional.

### NOVOS ESTADOS

A criação de estados dependerá da aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito. Essa é a determinação de

projeto de lei complementar do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que tem parecer favorável de Josaphat Marinho e está na pauta da CCJ.

Pelo projeto de Ronaldo Cunha Lima, os estados poderão ser criados pela fusão de dois ou mais estados, pela subdivisão ou pelo desmembramento de parte da área de um ou mais estados, ou ainda mediante elevação de território à condição de estado.

Além do plebiscito, a criação do novo estado dependerá ainda de votação, pelo Congresso Nacional, de projeto de lei complementar. A proposta de Ronaldo Cunha Lima também estipula os critérios para a criação de novos territórios.

A CCJ deve analisar, na mesma reunião, proposta de emenda à Constituição do senador Romeu Tuma que permite que as guardas municipais, além de serem constituídas pelos municípios para a proteção de seus bens e serviços,

executem, mediante convênio com o estado, serviços de policiamento ostensivo e preventivo.

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) apresentou parecer favorável à proposta por considerá-la "plenamente conveniente e oportuna", tendo em vista o alto índice de criminalidade que ocorre sobretudo na periferia das cidades, muitas vezes por falta da presença de policiamento suficiente.

### ANISTIADOS

Por solicitação do senador Romero Jucá (PFL-RR), os integrantes da comissão ainda devem apreciar projeto de lei de sua autoria que acaba com a discriminação contra servidores demitidos pelo ex-presidente Fernando Collor, que foram anistiados e reintegrados ao serviço público. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), já se manifestou favorável à inclusão da proposta na pauta e ao mérito da matéria.

## Comissão faz homenagem ao seu presidente

A reunião de hoje, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve destinar parte de seu tempo a homenagens ao senador Bernardo Cabral, presidente no biênio 1997/98. Essa será a última reunião presidida por Cabral na atual sessão legislativa.

O anúncio da homenagem foi feito pelo senador Romero Jucá

na sessão plenária da sexta-feira passada. Apesar de ser a última reunião da CCJ marcada para este ano, Cabral deve comandar a comissão ainda durante a convocação extraordinária, em janeiro próximo, até a eleição do novo presidente, prevista para a segunda quinzena de fevereiro.

Bernardo Cabral é advogado

e foi, dentre outras atividades, ministro da Justiça, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte.



Cabral será homenageado pelo trabalho à frente da CCJ

## Orçamento pode autorizar R\$ 1,8 bi em créditos especiais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprecia hoje, às 14h, dois projetos de lei que autorizam o governo federal a abrir créditos especiais ao Orçamento de 1998 no valor total de R\$ 1,85 bilhão. As autorizações beneficiam o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e as antigas "teles", empresas integrantes do sistema Telebrás.

A maior parte dos recursos (R\$ 1,63 bilhão), que já foram aplicados pelo Executivo, destinou-se a ajustes nas empresas estatais de te-

lefoneia fixa e outras empresas de telefonia móvel, que haviam sido desmembradas das "teles" principais. O pedido do Executivo está no Congresso desde o último dia 29 de julho, dia da privatização dos serviços de telecomunicações. A solicitação tem parecer favorável do deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

O crédito de R\$ 122 milhões para a Política Fundiária será relatado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Esses créditos terão de ser submetidos ainda ao plenário do Congresso Nacional.

## Alcântara registra Dia Mundial Contra a Aids

A data escolhida para ser o Dia Mundial de Luta Contra a Aids (dia 1º de dezembro) deve servir para se fazer uma reflexão sobre a doença e exigir maior solidariedade dos países ricos para com as nações pobres, defendeu o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador registrou nos Anais da Casa a celebração do transcurso da data, assim como os dados recentes sobre a doença por considerar um problema mundial de saúde pública da maior gravidade.

— A Unids, a agência coordenadora do Programa Conjunto da Organização das Nações Unidas para



Lúcio Alcântara

HIV/Aids, aproveitou a proximidade desse dia de luta mundialmente celebrado e divulgou seu relatório anual com dados da evolução da epidemia em todo o planeta, e com isso passamos a ter uma percepção mais exata da extensão total do problema — afirmou o senador.

De acordo com o relatório, existem atualmente 33,4 milhões de pessoas infectadas com o vírus da Aids, tendo sido registrado um aumento de cerca de 10% nos últimos 12 meses, apresentando um crescimento 30% maior do que a expectativa de evolução da doença feita pelas autoridades da ONU, informou Lúcio Alcântara.

# Congresso promulga reforma da Previdência

Governo espera economizar R\$ 3 bilhões em 1999 com a entrada em vigor da mudança constitucional, que será oficializada à tarde em sessão solene a ser presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães

A emenda constitucional que modifica o sistema previdenciário brasileiro, conhecida como reforma da Previdência, será promulgada pelo Congresso Nacional hoje, às 15h45, em sessão solene presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Com a promulgação, passam a vigorar novos critérios para aposentadorias nos setores público e privado.

Entre as principais modificações aprovadas pelo Congresso, está a exigência de idade mínima para a aposentadoria de trabalhadores que ingressem no setor público após a promulgação da emenda: 60 anos para os homens e 55 para as mulheres. Além disso, os servidores públicos terão que ter pelo menos 10 anos de trabalho no serviço público e cinco anos no cargo para ter direito à aposentado-

ria integral.

Com relação aos trabalhadores da iniciativa privada, não há exigência de idade mínima. É necessário, entretanto, comprovar tempo de contribuição de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homens). A reforma acabou com a aposentadoria proporcional para quem ainda não ingressou no mercado de trabalho. Para quem já está, ficou assegurado o direito com a exigência de idade mínima de 53 anos, homens, e 48, mulheres (setores público e privado) – e acréscimo de 40% no tempo que restava para completar o período mínimo.

Com a reforma, o governo espera economizar, em 1999, R\$ 3 bilhões, sendo R\$1,3 bilhão com pagamento de aposentadorias e pensões no serviço público federal e R\$1,7 bilhão no INSS.



Após a promulgação da reforma, aposentadoria terá novas regras



## RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1998

1

Projeto de Resolução nº 114, de 1998 (Mensagem nº 261, de 1998). CAE. Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a 422.523.950 coroas suecas, de principal, entre o Brasil e a Skandinaviska Enskilda Banken AB, destinada ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Resolução nº 115, de 1998 (Mensagem nº 277, de 1998). CAE. Autoriza o Brasil a prestar garantia à operação de crédito externo no valor de até 225 milhões de marcos alemães, entre a Eletrobrás e um consórcio de bancos liderados pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau, destinada ao financiamento do Projeto Usina Nuclear de Angra II.

**Resultado:** Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem). Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

**Resultado:** Proferido o Parecer nº 688/98-Plen, sobre as emendas, Relator: senador Sebastião Rocha, favorável, nos termos da Emenda nº 9-Plen (substitutivo). A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para discussão, em turno único, nos termos do art. 345, III, do Regimento Interno.

4

Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995. Autores: Gilberto Miranda e outros. Altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas).

**Resultado:** Lido e aprovado requerimento do senador Josaphat Marinho, solicitando o reexame da matéria. Lido e aprovado requerimento da senadora Emilia Fernandes, de tramitação conjunta com a PEC 19/98. As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

5

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998. Autores: Elcio Alvares e outros. Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

**Resultado:** Encerrado o primeiro dia de discussão, em primeiro turno. A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

## Plenário vota hoje projeto que prevê extinção de manicômios

O Senado vota hoje projeto de lei que extingue progressivamente os manicômios, substituindo-os por outros recursos assistenciais, e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. Em seu parecer favorável, o relator das emendas de plenário, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), disse ter feito uma síntese do projeto original da Câmara, de autoria do deputado Paulo Delgado, com substitutivo do senador Lucídio Portella (PPB-PI) e emendas apresentadas na Comissão de Assuntos Sociais.

– O projeto está longe do ideal, mas o Senado ainda terá oportunidades de aperfeiçoá-lo, como durante o turno suplementar de discussão e votação, quando haverá nova fase de recebimento de emendas – afirmou Rocha, citando entre as falhas a ausência de penas para quem praticar atos lesivos à integridade dos doentes mentais ou violar dispositivos contidos na lei.

Para Rocha, os principais avanços do projeto são a definição dos direitos das pessoas portadoras de distúrbio mental; a criação de estabelecimentos de saúde mental, abran-



Sebastião Rocha vê proposta ainda "longe do ideal"

gendo tanto os dispositivos destinados ao atendimento comunitário quanto aqueles destinados à institucionalização do doente; a determinação de três tipos de hospitalização psiquiátrica – voluntária, involuntária e compulsória; a previsão de assistência aos doentes visar a sua reabilitação e reinserção social; a obrigatoriedade

de o tratamento em regime de hospitalização oferecer assistência integral ao doente; e a vedação da internação de doentes mentais em instituições com características de asilos.

O projeto prevê que a internação psiquiátrica deve representar o último recurso a ser utilizado no caso dos doentes mentais. “Se indispensável, o tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio. O tratamento será estruturado de forma a fornecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos psíquicos, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer e outros.”

## Senado autoriza empréstimo para reaparelhar Marinha

O Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando a União a contratar operação de crédito externo, no valor de 422,5 milhões de coroas suecas, equivalentes a US\$ 53 milhões, junto ao Skandinaviska Enskilda Banken AB, da Suécia, para financiar o Programa de Reaparelhamento da Marinha. O projeto vai à promulgação.

Em seu parecer favorável, o senador Romero Jucá (PFL-RR) entendeu que as condições da operação financeira são compatíveis com o mercado internacional, bem como suas cláusulas contratuais. A operação terá juros de 0,75% acima da Taxa Stibor

(da Suécia), com prazo de 60 meses e carência de 6 meses. Não haverá comissão de compromisso, com *management fee* de até 0,5% sobre o montante da operação.

Também na sessão de ontem, o Senado aprovou a concessão de aval da União a operação de crédito externo no valor de 225 milhões de marcos alemães entre a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) e um consórcio de bancos liderado pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), destinada ao financiamento do Projeto Usina Nuclear de Angra II. A matéria também vai à promulgação.

## Créditos para três estados serão apreciados

Projetos de resolução autorizando a contratação de créditos pelos estados do Rio de Janeiro, Acre e Pará serão apreciados hoje pelo plenário. A inclusão destas matérias na Ordem do Dia foi possível graças a requerimentos de urgência, para os projetos do Rio e do Acre, e de dispensa do interstício de três dias para a entrada em pauta, favorável à proposta do Pará. Havia ainda na sessão de ontem outros pedidos de urgência, relativos a créditos para o Amapá e à emissão de títulos pelo estado do Rio e pela prefeitura carioca. Ficaram prejudicados porque o Regimento Interno não permite a análise de mais de dois pedidos por dia.

O projeto do Rio de Janeiro refere-se a R\$ 296 milhões em créditos destinados a recompor as perdas do estado com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O objetivo é compensar 80% da receita líquida perdida com o repasse aos municípios, determinado pelo Fundef. Com estes recursos, o governo do estado pretende pagar o décimo-terceiro salário dos funcionários públicos estaduais. O crédito do Acre, no valor de R\$ 101 milhões, destina-se ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

### DISPENSA DE PRAZO

Os senadores analisaram dois requerimentos de dispensa de interstício para projetos de crédito ao Pará. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) defendeu a rejeição dos requerimentos. Já o senador Ademar Andrade (PSB-PA), autor dos pedidos, argumentou que os projetos cumpriram os prazos para recebimento de emendas e têm pareceres emitidos pela Comissão de Assuntos Econômicos, o que justificaria uma tramitação mais célere. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) lembrou a tramitação rápida de pedidos de alguns estados, “direito que deveria ser estendido a todos”.

O pedido de dispensa de interstício para o primeiro projeto foi rejeitado pelo voto de liderança, mas aprovado quando da verificação de *quorum*. Já o segundo requerimento foi rejeitado pelos líderes e não havia possibilidade de nova verificação de *quorum*, já que o Regimento exige um prazo de uma hora entre as verificações. Com o resultado, entra na pauta da sessão desta terça-feira o projeto que autoriza a contratação de crédito pelo estado do Pará, no valor de R\$ 97 milhões, para o programa de ajuste fiscal do estado.

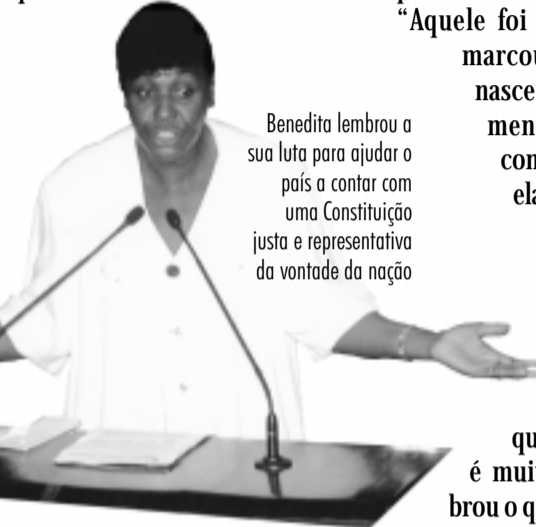
# Benedita da Silva despede-se do Senado

Eleita vice-governadora do Rio de Janeiro, ela recordou em pronunciamento da tribuna a sua participação na Assembléia Constituinte e a defesa dos direitos humanos, das crianças e das mulheres

Eleita vice-governadora do Rio de Janeiro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) despediu-se ontem do Senado, fazendo um breve relato de sua atuação legislativa e testemunhando o período histórico vivido pelo país desde que veio representar o Rio de Janeiro na Assembléia Nacional Constituinte. “Não aprendi a dizer adeus”, foi a música lembrada pela parlamentar ao subir à tribuna.

– É uma música que me deixa muito à vontade, porque sempre vou ou venho de algum lu-

gar, fazendo alguma coisa, em algum tempo – disse ainda Benedita. Ela lembrou dos seus esforços, quando as-



Benedita lembrou a sua luta para ajudar o país a contar com uma Constituição justa e representativa da vontade da nação

sumiu seu mandato na Constituinte, para ajudar o país a elaborar uma Carta constitucional justa e que realmente representasse a vontade da nação. “Aquele foi um momento que marcou minha vida. Dali nasceu em mim o sentimento de que poderia contribuir mais”, disse ela.

Ao longo de sua vida no Legislativo, ela disse ter apresentado 84 projetos e discursado 650 vezes. A quem pensar que isso é muito pouco, ela lembrou o quanto é difícil defen-

der projetos de conteúdo significativo, mas fáceis de atingir interesses antagônicos. Benedita disse ter certeza de que procurou centrar sua atuação na defesa dos seguintes temas: direitos humanos, trabalhadores, Rio de Janeiro, crianças, mulheres e justiça social.

“Nós, mulheres, vítimas de violência e discriminação, precisávamos ter voz nas proposições. Por isso fui portadora de tantos pro-

jetos sobre esses direitos”, afirmou a parlamentar. Ela agradeceu a Deus pela oportunidade de estar na tribuna e estendeu sua gratidão a todos com quem contou nesses anos no Legislativo – o PT, o Bloco Oposição, os líderes Eduardo Suplicy (PT-SP) e Eduardo Dutra (PT-SE), todos os senadores e deputados, a equipe do seu gabinete, a assessoria da Mesa, o serviço de comunicação social e a assessoria legislativa.

## Antonio Carlos elogia a “figura emblemática”

“É uma figura realmente emblemática”, disse hoje o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao homenagear a senadora Benedita da Silva, no momento em que ela se despedia. Depois que todos os senadores haviam expressado votos de êxito no novo cargo que ela exercerá, o presidente da Casa disse: “Minha querida senadora e amiga Benedita, quero me juntar à voz do plenário no afeto, na estima e no respeito que todos lhe temos”.

Antonio Carlos se disse especialmente sensibilizado porque, em sua opinião, Benedita da Silva é uma carioca baiana. “E como tal, eu devo

falar também pela Bahia, quando falo, no caso da Federação, pelo Brasil, para dizer que ninguém cumpriu melhor do que V. Exa. o seu mandato”, acrescentou ele.

Ele desejou que ela tenha no novo cargo o mesmo êxito alcançado no Senado e expressou votos de que volte logo ao Legislativo. “Que V. Exa. em breve volte ao nosso convívio, porque é uma figura realmente emblemática e pela qual todos nós temos muito apreço, muita consideração, muito respeito e, por isso, lhe desejamos êxito completo em sua vida política e em sua vida pessoal”, disse ainda o presidente do Senado.

## Senadora é homenageada pelo plenário

A senadora Benedita da Silva foi aplaudida pelo plenário, ao despedir-se ontem da Casa para assumir o cargo de vice-governadora do Rio de Janeiro. Todos os senadores que se encontravam no plenário a homenagearam, entre eles, Artur da Távola (PSDB-RJ), que a definiu como uma pessoa de “excepcional qualidade moral, bondade de coração e capacidade de trabalho”.

Na opinião de Távola, Benedita é uma figura simbólica de alta importância para o Brasil, por evocar valores como democracia racial, avanço da mulher na sociedade e justiça social. Ele disse ser essa uma das razões da invencibilidade da parlamentar nos pleitos eleitorais que disputa e que ela traduz uma integração perfeita entre a pessoa e o símbolo. Afirmou também aspirar que o suplente dela não seja “um petista raivoso”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que Benedita da Silva é exemplo para o

Brasil de uma mulher que venceu em todos os planos de luta. “Você vai fazer falta ao Senado, mas contamos com seu sucesso lá no Rio de Janeiro porque você dignifica todos os cargos por onde passa.”

“Nós, mulheres, sentiremos saudades, sim”, destacou Emília Fernandes (PDT-RS), admitindo contudo que, embora faça muita falta ao Senado, Benedita prestará um grande serviço ao Rio de Janeiro na sua

missão de vice-governadora. “O novo desafio no seu estado será uma nova lição de vida. Por isso, tenho certeza de que Deus a ajudará nessa caminhada”, disse Emília.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) acrescentou que o trabalho de Benedita no Senado simbolizou a participação mais intensa da mulher na vida pública e afirmou ter muita esperança no que ela realizará de agora em diante. Em sua opinião, ela prestará um “excelente serviço com o governador Anthony Garotinho”.

Recitando o verso “partir é morrer”, de Cecília Meireles, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Senado jamais esquecerá os ensinamentos

humanitários deixados por Benedita da Silva. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) lembrou a trajetória política da senadora e expressou os seguintes votos: “Que não lhe faltem condições e pertinácia para prosseguir na sua trajetória, ajudando o Brasil a reduzir as infamantes desigualdades sociais”.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou que também ficará com saudades de Benedita. Falando em seu nome e no de Esperidião Amin (PPB-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC) observou ter certeza de que a senadora viverá intensamente sua nova missão no Poder Executivo. “Em nome dos catarinenses, leve nossas melhores homenagens”, pediu ele.

Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), agora o povo do Rio de Janeiro terá a felicidade de conviver mais intensamente com Benedita. Ele elogiou sua capacidade de trabalho, combatividade e a quantidade de projetos que conseguiu aprovar. O senador José Eduardo Dutra declarou que teve muito orgulho de conviver com a senadora e definiu a despedida como um sentimento “misto de alegria e tristeza”.

Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que o destino de Benedita está traçado e que ela está apenas em meio à caminhada para um grande futuro. “Acho que essa Casa vai sentir um vazio muito grande”, antecipou ele. Djalma Bessa (PFL-BA) lembrou que a senadora foi julgada repetidas vezes pelo povo do Rio de Janeiro, sendo sempre aprovada para representar os fluminenses.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) recordou uma flor e um cartão que a senadora lhe enviou quando ele assinou um requerimento por ela apresentado. Segundo o senador, a convivência de Benedita na Casa só aumentou a admiração que sempre teve por ela. Jáder Barbalho (PMDB-PA) também desejou para a vice-governadora do Rio de Janeiro o mesmo sucesso que ela teve no Senado.

Declarando que “as despedidas são instantes marcados de emoção”, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) citou a capacidade de trabalho, espírito forte e habilidade no contato com as pessoas e as principais características da senadora.

*Távola lembrou “excepcional qualidade moral, bondade e capacidade de trabalho de Benedita”*

## Jefferson defende aposentadoria especial para as mulheres

Várias razões levaram o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) a registrar ontem sua discordância em relação ao presidente da República, que defendeu a extinção da aposentadoria especial para as mulheres com o argumento de que elas têm longevidade maior que os homens.

Três dessas razões realçam diferenças femininas que justificariam a manutenção de um tratamento diferenciado, conforme o princípio de justiça de não tratar igualmente os desiguais, disse o senador.

– A biológica, na forma de menstruação, maternidade e me-



Jefferson discorda da posição defendida por Fernando Henrique

nopausa; a sócio-cultural, que lhes impõe a maior parte dos serviços domésticos, somados hoje à atividade fora do lar; e a emocional, que nelas é maior, porque são mais sensíveis, embora, nós, homens, nem sequer percebamos, cegos pelo nosso machismo – salientou.

Além dessas, Jefferson destacou a simples presença feminina como razão ainda mais relevante para conceder o benefício da aposentadoria às mulheres com menos tempo de serviço e contribuição do que o exigido dos homens. “Sua presença é um favor da vida”, observou, socorrendo-se de Rubem Braga.

## Márcio Fortes analisa a reforma previdenciária

As mudanças já aprovadas pelo Congresso são apenas a primeira etapa da reforma da Previdência. Foi o que afirmou, em entrevista à TV Senado, o deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), que destacou a necessidade de regulamentação através de leis complementares a serem apreciadas no próximo ano.

Para o deputado, o aumento da expectativa de vida do brasileiro irá requerer mudanças posteriores no sistema previdenciário. Mas antes é

preciso avaliar as 20 alterações constitucionais realizadas desde 1995, opinou. Sobre os efeitos da derrota do governo no caso da medida provisória que criava a contribuição previdenciária para os inativos e ampliava a do funcionalismo, o deputado disse que o processo faz parte do jogo democrático e será bem compreendido internacionalmente.

A entrevista vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Futebol Feminino  
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Alfredo Salin Helito. Assunto: Clínica Geral - 2ª parte  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Squash  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Amazonas  
9h30 - *Entrevista* - O deputado Márcio Fortes fala sobre a reforma da Previdência  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - *Cores do Brasil* - Reserva Biológica  
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Futebol Feminino  
10h55 - *Senado em Pauta*  
11h - *Especial/Unip* - o médico Dráuzio Varela entrevista Esper Kallas. Assunto: Grippes e resfriados - 2ª parte  
11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando uma entrevista com o ator Sérgio Brito e flashes do seu espetáculo *Meninos, eu vivi*  
11h55 - *Senado em Pauta*  
12h - *Cores do Brasil* - Ouro Preto  
12h30 - *Entrevista* - O deputado Márcio Fortes fala sobre a reforma da Previdência  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - Bahia  
13h30 - *Especial* (reapresentação) - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ex-vice-presidente Aureliano Chaves sobre a história política do país

14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - *Cores do Brasil* - o Cerrado  
19h - *Seminário* - Comunicação Legislativa - 2ª parte  
20h30 - *Entrevista* - O deputado Márcio Fortes fala sobre a reforma da Previdência  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Especial* (reapresentação) - O jornalista Fernando Cesar Mesquita entrevista o ex-vice-presidente Aureliano Chaves sobre a história política do país  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
10h - Comissão de Constituição e Justiça  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
15h45 - Sessão Plenária do Congresso (ao vivo)  
Em seguida - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
19h - "A Voz do Brasil"  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Norte"  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Emília apela por proteção aos direitos coletivos das nações

Para a senadora, só uma nova declaração universal pode garantir a cidadania plena para as populações dos países mais pobres

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu ontem no plenário do Senado a necessidade de elaboração de uma nova Declaração Universal dos Direitos Humanos que abranja, também, os direitos coletivos - tanto sociais quanto econômicos - dos países, em especial dos mais pobres e periféricos. "A humanidade precisa encontrar um novo caminho que respeite os Estados nacionais, preservando seu meio ambiente e patrimônio cultural, bem como promovendo seu desenvolvimento", enfatizou.

Para Emília, não se pode falar em direitos humanos quando os países são transformados em reféns de uma política de especulação financeira que faz com que governos como o do Brasil tenham que comprometer mais da metade de seu orçamento anual para pagar juros. "E o que dizer de organismos internacionais, como o FMI, impondo acordos que impedem a proteção aos produtores rurais nacionais, em benefício dos produtos dos



Emília: "A humanidade precisa encontrar um novo caminho para respeitar os Estados nacionais"

países centrais?", indagou.

A senadora pelo Rio Grande do Sul relatou que, em sua última reunião, realizada em São Paulo, a Comissão de Direitos Humanos do Parlamento Latino decidiu enviar a todos os seus países-membros uma solicitação para que os governos se pronunciem, nas Nações Unidas, sobre a necessidade de se redigir uma nova Carta Internacional de Direitos Humanos, con-

templando os direitos coletivos, econômicos e sociais das sociedades, essenciais para a afirmação da cidadania plena de todos.

Para defender a necessidade de se pensar nos direitos coletivos, Emília Fernandes citou artigo de Janio de Freitas, da *Folha de São Paulo*, em que ele critica o Congresso Nacional. "Quando se fizer o exame das leis aprovadas nos últimos anos, vai sobressair um traço comum: nenhuma foi a favor da grande massa que soma 80% da população brasileira e todas amputaram direitos pensadamente alcançados pelo povo", escreveu o jornalista, segundo a senadora.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ser a privação do emprego a maior violência que se pode cometer contra um homem. "É de se lamentar nossa incompetência para tomar medidas que amenizem esse problema social, bem como outros que impedem a plena cidadania", afirmou.

## Artur da Távola lembra centenário de nascimento de Câmara Cascudo

O estudioso do folclore brasileiro Luís da Câmara Cascudo, cujo centenário de nascimento se comemora no próximo dia 30, foi homenageado na sessão de ontem pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). "Ele foi o maior e mais completo estudioso da cultura popular brasileira, resgatando as tradições profundas da nossa cultura", definiu o senador fluminense.

Távola citou algumas das mais de 150 obras do autor potiguar, destacando o *Dicionário de Folclore Brasileiro*, um relatório completo, com mais de 700 páginas, das manifestações culturais do Brasil.

— É uma obra das mais impressionantes, feita por uma só pessoa.

Nela, o autor demonstra sua capacidade de estudar em profundidade a cultura popular. E o faz com altíssima erudição, mas com simplicidade de estilo - afirmou o senador.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), em aparte emocionado, falou da importância de Câmara Cascudo para a preservação da cultura brasileira e, em especial, para o Rio Grande do Norte. Geraldo Melo relatou o seu convívio com o autor.

— Ele ditava os verbetes do *Dicionário de Folclore Brasileiro* para minha irmã, que era sua secretária - lembrou.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) elogiou a oportunidade do pronunciamento de Artur da



Segundo Távola, Câmara Cascudo foi "o mais completo estudioso da cultura popular brasileira"

Távola. Falando em versos, Cunha Lima comparou o discurso do senador fluminense "a uma prece ao fim do dia".

## O lirismo de *Central do Brasil* é a atração do Cultura ao Meio-Dia

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe amanhã, a partir das 12 horas, o filme *Central do Brasil*, dirigido por Walter Salles Júnior, e vencedor do Festival de Berlim deste ano.

No elenco, Fernanda Montenegro, que ganhou o prêmio de me-

lhor atriz no mesmo festival e vários outros prêmios internacionais, o menino Vinícius de Oliveira, Marília Pêra e Othon Bastos.

O filme conta a história de uma professora aposentada que escreve cartas para analfabetos na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e acaba

ajudando um garoto a ir ao encontro de seu pai no Nordeste. A viagem retrata um Brasil árido e pobre, mas rico em paisagens e emoções, que surgem através de personagens reais e comoventes.

O evento, aberto ao público, tem entrada gratuita.

# Para Dutra, visita de Lula a FHC demonstra civilidade

Senador do PT também registra sua indignação com aqueles que ainda consideram a edição do AI-5 justificável

A política, particularmente sob o regime democrático, supõe a convivência dos contrários e não a destruição dos adversários, defendeu ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao fazer dois registros: o da sua opinião sobre o encontro de Lula com o presidente da República e o da data da edição do Ato Institucional nº 5, que completou trinta anos no último domingo, dia 13.

Para que os fatos decorrentes do AI-5 não sejam esquecidos nunca, o senador sugeriu que, a cada ano, o Congresso registre a data com a realização de uma sessão em que os nomes de todos os cassados, torturados, banidos e mortos sejam lembrados. As letras das músicas e as peças teatrais censuradas também deveriam ser destacadas, completou.



Dutra: elogios a Lula e críticas aos defensores do AI-5

Sobre as fitas da reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela edição do AI-5, recentemente divulgadas em sua íntegra, Dutra lamentou que, com "a honrosa exceção" de Pedro Aleixo, os ministros civis tenham demonstrado mais "gosto de sangue" que os ministros militares.

Especialmente lamentáveis, acrescentou, foram "os argumentos risíveis" de Delfim Netto e Jarbas Passarinho, que teriam desmerecido as suas próprias inteligências e as alheias ao declararem, trinta anos depois, que fariam tudo de novo porque, em 1968, tratava-se de optar entre a ditadura ou o comunismo.

## ENCONTRO LULA/FHC

Também careceria de verdade e inteligência a opinião de alguns pe-

tistas segundo os quais, ao encontrar-se com Fernando Henrique Cardoso, Lula teria dado um aval do PT à política do governo em relação ao FMI e à Previdência, por exemplo.

"O encontro foi absolutamente correto", opinou o senador, salientando ter dito a mesma coisa aos muitos repórteres que o questionaram sobre o assunto. Como sua opinião não foi publicada, Dutra disse que, provavelmente, os jornais quiseram destacar só as opiniões contrárias.

Além de uma demonstração mútua de civilidade, o encontro FHC/Lula teria representado a eliminação de um constrangimento, segundo o senador, porque o presidente já convidara Lula para conversar "umas três ou quatro vezes". Apesar da repercussão do encontro, Dutra afirmou não acreditar que ele se desdobre num "chamamento institucional em torno de uma agenda política".

# Melo quer reformular Previdência

Depois de esclarecer ontem o discurso em que defendeu um empréstimo compulsório sobre os ativos financeiros, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) observou que, entre as alternativas de onerar os aposentados ou os bancos e seus investidores, fica com a segunda opção. Ele destacou que, ao expor sua idéia sexta-feira passada, queria apenas provocar um debate:

– Mas, como ocorre com todos nós, ao provocá-lo, meus adversários no Rio Grande do Norte tomaram a minha formulação como uma tentativa de restabelecer o confisco às poupanças dos brasileiros, nos moldes editados no governo Collor – afirmou.

Melo lembrou que, recentemente, o Congresso vetou uma proposta governamental de onerar os aposentados, cobrando-lhes contribuição para a Previdência. Embora o assunto esteja decidido, o senador mencionou os comentários de que a proposta pode ser reapresentada. Dai por que ele disse ao minis-

tro da Previdência, Waldeck Ornelas, que existe a alternativa do empréstimo compulsório sobre os ativos financeiros:

– Entre os aposentados e os banqueiros e seus investidores, eu disse que era mais fácil buscar os recursos no sistema bancário. Os que têm ativos financeiramente importantes é que devem participar da Previdência. Entre o orçamento dos aposentados e o dos bancos, é a melhor alternativa – argumentou o senador.

Geraldo Melo refutou a tese de que estaria querendo lançar mão da poupança popular e sustentou que o problema da Previdência no Brasil precisa ser mais discutido. "Como está hoje, a Previdência não é boa nem para o governo, nem para os segurados. Como está, a Previdência não pode ser mantida e há necessidade de um esforço para



Para Melo, os adversários distorceram discurso

superar-se esse déficit", argumentou.

Ele defendeu uma "reconcepção" da Previdência, sustentando ser incompreensível que um cidadão passe 30 ou 35 anos recolhendo contribuição para a Previdência e tenha que requerer a aposentadoria quando isso é um dever do Estado para com ele. "Está faltando a reforma da relação entre o Estado e o cidadão", afirmou o parlamentar.

Na opinião de Geraldo Melo, o conceito de previdência no Brasil precisa libertar-se de algumas coisas trágicas. Ele defendeu uma mudança radical na contribuição do empregador, que, em sua opinião, tem dificuldades burocráticas para recolher mensalmente um percentual sobre a folha de pagamento e outro sobre o salário do empregado.

# Suassuna alerta contra o botulismo

Ao alegar que são assustadores os números sobre botulismo na Paraíba, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lastimou ontem que o governo não invista no combate às doenças animais. "Peço ao ministro da Agricultura que, pelo amor de Deus, não faça economia no combate a essas doenças, não deixe o

rebanho sofrer com economia de vacinas", disse. O senador informou que na região de Patos, Cacimba de Areia e São José do Bonfim, em consequência do botulismo, já morreram mais de 120 bovinos e mais de 500 ovinos e caprinos, enterrados em valas profundas para evitar que se contamine a população.



Suassuna: "Não se economize em vacinas"

# Francelino destaca Prêmio Luís Eduardo Magalhães

Os ideais de mudanças políticas e sociais no país e a defesa intransigente das liberdades democráticas que orientaram a atuação política do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, poderão ser relembrados nas contribuições anuais da juventude acadêmica, recolhidas pelo



Francelino: ideais de mudanças perpetuados

prêmio que leva o nome do deputado morto em 21 de abril deste ano, destacou ontem o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O prêmio, instituído em 1998 pelo Instituto Tancredo Neves de Pesquisas e Estudos Políticos, Econômicos e Sociais, recebeu contribuições sobre o

tema "Brasil, 500 Anos: Balanços e Perspectivas" até o dia 15 de outubro passado. Após o julgamento, nos primeiros meses de 1999, serão divulgados os nomes dos autores dos três melhores trabalhos apresentados.

Também em homenagem ao deputado, Francelino Pereira registrou a cerimônia de inauguração do Memorial Luís Eduardo Magalhães, que será realizada na próxima sexta-feira, às 17h30, em Salvador. A solenidade, a que o senador comparecerá, contará com a presença dos presidentes da República e do Senado, Fernando Henrique Cardoso e Antonio Carlos Magalhães.

# Maldaner lamenta morte de poeta catarinense

O poeta Lindolf Bell, que "traçou em versos as angústias e sonhos do povo catarinense", morreu no último 10, registrou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Na homenagem que prestou a seu conterrâneo, o senador salientou como, em 30 anos de poesia, Lindolf Bell mostrou que essa forma de expressão deixou, há muito tempo, de ser obra de "lunáticos e sonhadores" para ser "o alimento que transforma".

Conforme Maldaner, a consternação que tomou conta do estado de Santa Catarina, particularmente de Blumenau – cidade onde nasceu o poeta –, foi evidenciada no velório, realizado no dia 11, em Timbó (SC).



Maldaner: consternação catarinense

## CULTURA AO MEIO-DIA

de Walter Salles Jr. 1998

**Central do Brasil**

Quarta-feira 16 de dezembro - 12 h

Fernanda Montenegro  
Vinícius de Oliveira  
Marília Pera  
Othon Bastos

Senado Federal  
AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELLA

ENTRADA FRANCA

Realização: RELACIONES PÚBLICAS

Apoio: RIOFILME